

ATA DA LCIII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Sala de Reuniões do Conselho Estadual de Saúde / SES
Rua Esteves Júnior, 160 – 8º andar

DATA: 06/11/03

HORÁRIO: 14:00 horas

PRESENTES

Secretaria de Estado da Saúde:

Carmem Emília Bonfá Zanotto, Maria Teresa Locks, Rosina Moritz Silveira, Luis Antônio Silva, Arion Bet Godoi, Raquel Ribeiro Bittencourt, Sônia Machado de Souza, Isabel Cristina Bertuol Funk, Hanna Karine S.J.Barcelos, Lester Pereira.

Conselho de Secretários Municipais de Saúde:

Tadeu Geronasso (Mafra), Luis, Antônio Carlos Koeche (Lages), Orlando Fávero (Luzerna), Renato Afonso da Rocha (Bombinhas), Gladys Lenúzia Kesting (Siderópolis), Arnaldo Lovatel (Xanxerê), Orasil Coelho Pina (Criciúma), Antônio Pedroso (Agronômica).

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A LCIII Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 14h 15 min, sob a coordenação de Carmen Zanotto, com a presença dos membros acima descritos. O Secretário Tadeu Geronasso (Mafra) justificou a ausência da Coordenadora CIB/COSEMS, Marlene Foschiera, devido ao falecimento do seu progenitor, bem como comunicou que estava substituindo-a.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

Ofício 3188/03, da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, informando que o Município de São José está apto a aderir ao Programa Bolsa Alimentação;
Ofício 098/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Quilombo, justificando a ausência do Secretário Silvano de Pariz;
Da Prefeitura Municipal de Timbó, comunicando o afastamento do Secretário de Saúde Marcos Kaestner, das funções de Gestor;
Da Diretoria de Assistência Farmacêutica, encaminhando relação dos municípios cadastrados no Sistema de Medicamentos Excepcionais;
Ofício GS/1693, da Secretaria de Atenção à Saúde do ministério da Saúde, solicitando apoio da SES em estimular as Secretarias Municipais para a realização do acompanhamento da família beneficiárias do Programa Bolsa Família;
Ofício 155/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau, solicitando repasse de teto financeiro adequado às internações no município;
Ofício 768/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, solicitando teto financeiro para atendimento a paciente para litotripsia;
Ofício 054/03, do Hospital e Maternidade Santa Cecília, solicitando providências a respeito da destinação das AIH's para o referido hospital;
C.I. 1080/03, da Gerência de Acompanhamento e Avaliação do SUS, solicitando aprovação das habilitações em Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada dos municípios de: Guarujá do Sul, Ibiam, Içara, Salto Veloso e São José do Cerrito;
Ofício 371/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Chapecó, solicitando providências para a regularização do atendimento do exames de tomografia do Hospital Regional, visto que o aparelho apresenta defeito;
Ofício 624/03, da Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, apresentando esclarecimentos a respeito da situação dos serviços de cardiologia no município.

1. INTRODUÇÃO

2. Aprovadas as Atas das sessões de 22/08/03 e 30/09/03.

3. TEMAS PARA DELIBERAÇÃO

a) HABILITAÇÕES

4. Aprovadas as habilitações dos Municípios de Guarujá do Sul, Ibiama, Içara, Salto Veloso e São José do Cerrito, à condição de Gestão Plena de Atenção Básica Ampliada.

b) RECURSO NOVO MAC

5. A Presidente do Colegiado da AMURC, Secretária Carla Lúdica (Bela Vista do Toldo) propôs que a SES fizesse um estudo a respeito dos CACONS como forma de viabilizar a implantação de uma unidade em Jaraguá do Sul, de modo a atender toda a macrorregião.

6. A Secretária-Adjunta Carmen Zanotto disse que a SES acata a proposta, por concordar com a situação.

7. Aprovada a alocação dos recursos novos para a média e alta complexidade, conforme parecer técnico anexo.

c) PPI/ECD

8. O Secretário Tadeu disse que o COSEMS propõe um prazo de dez dias para os municípios faltantes encaminharem suas pactuações.

9. O Diretor da Vigilância Epidemiológica, Luis Antônio Silva disse que foi apresentado ao COSEMS a proposta de supervisão e monitoramento com agendamento por Regional de Saúde, e que a metodologia sugerida foi para executar o trabalho com 48 municípios.

10. Ficou aprovada a metodologia de trabalho, assim como o prazo de dez dias para os municípios que ainda não encaminharam suas pactuações.

d) CARDIOLOGIA CRICIÚMA / JANEIRO A JUNHO/2003

11. O Secretário Antônio Carlos Koeche (Lages) disse que o COSEMS em reunião prévia, avaliando a situação, considerou que o valor do teto é pequeno comparado aos serviços que prestam, propondo que o pagamento da dívida seja vinculado ao pagamento dos laudos represados, e que seja remetida a matéria à Câmara Técnica para definição em 20 dias. Disse ainda que estiveram reunidos antes dessa sessão com a Secretária-Adjunta sugerindo um encaminhamento no sentido de que fosse reconhecido o faturamento dos serviços já prestados em Criciúma. Solicitou que fosse equacionado de maneira a acertar os valores de janeiro a junho/2003, evitando que o atraso de decisões gerasse polemica na sociedade, assim como na SES, e que os serviços prestados devessem ser pagos devido a um protocolo assumido.

12. A Secretária-Adjunta disse que a questão dos laudos represados, deve ser tratada a parte. Disse que a situação da cardiologia em Criciúma é objeto de auditoria, assim como está sendo auditada toda a cardiologia do estado. Ressaltou que a Deliberação 29 da CIB diz que os protocolos da Cardiologia estão no teto financeiro, bem como que não haveria alteração de teto dos municípios em Gestão Plena. Disse que a SES entende que não é possível o Estado assumir esta situação como laudo represado. Salientou que a SES não conseguiu provar para Criciúma que o recurso está no município, e que em contrapartida, entende que não é possível continuar essa situação. Registrou que Criciúma recebeu um documento do Tribunal de Contas solicitando esclarecimentos a respeito do repasse dos recursos financeiros através de protocolo. Disse que em comum acordo, a SES e o Município de Criciúma, com os jurídicos da Prefeitura e da SES, responderão da mesma forma o questionamento do Tribunal de Contas a respeito do recurso repassado por protocolo, e não por convênio. Salientou que protocolo não é um instrumento jurídico que permite o repasse de recurso financeiro do Estado para o Município, e sim, um documento técnico interno que aponta quais os compromissos das partes com relação a um procedimento. Disse que baseado na Audiência Pública realizada em junho/2003, a SES pagou para Criciúma a diferença do mês de julho no valor de R\$ 108.596,00 (cento e oito mil e quinhentos e noventa e seis reais), e que faltam as competências de agosto e setembro. Ressaltou que os gastos com a cardiologia de Criciúma a partir da Audiência Pública, têm diminuído consideravelmente. Disse que será retirado do teto da SES R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Criciúma, e que será publicado para o Ministério da Saúde, de modo que a SES não tenha que pagar mais, tanto por essa questão, como pela situação do objeto de auditoria. Esclareceu que dos R\$ 1.066.272,31 (um milhão, sessenta e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos) apontados por Criciúma, R\$ 748.999,53 (setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos) não apresentaram nenhuma irregularidade nos serviços prestados, conforme a auditoria realizada. Salientou que a SES não está procurando quem errou ou quem deixou de errar, e que naquela ocasião foi a decisão que a equipe tomou como

achando a mais correta, mas é preciso ficar clara a pactuação feita em dezembro/2002, e qual foi a metodologia utilizada para o cálculo. Registrou que Criciúma diz que não têm condições de pagar a dívida, e que honrou e assumiu o compromisso de pagar o que está no teto financeiro. Propôs que fosse formada uma Comissão com os técnicos da SES que estiveram envolvidos nos trabalhos da PPI em 2002, com os técnicos dos municípios, com um representante do Estado indicado pela SES, e mais um representante dos municípios indicado pelo COSEMS para discutirem o assunto e traze-lo esclarecido para a Mesa na próxima sessão.

13. O Secretário Koeche perguntou qual o valor a ser repassado para Criciúma.

14. A Secretária-Adjunta disse que de acordo com a auditoria, o valor é de R\$ 748.999,53 (setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos)/competência janeiro à junho, referentes as contas médicas hospitalares dos Hospitais São José e São João Batista, que não apresentaram nenhuma distorção nas auditorias do Estado e Município.

15. O Secretário Orasil Pina (Criciúma) registrou que quando foi feito o diagnóstico da diferença dos valores, não houve um diálogo muito confortável, e que após o Secretário Coruja ter chamado algumas vezes para discutir sobre o assunto, disse reconhecer a parceria por parte do estado. Acrescentou que gostaria que a questão tivesse um encaminhamento, pois a dúvida era motivo permanente de transtornos e problemas com os prestadores de serviços. Solicitou apoio para a solução do problema, dizendo que estão empenhados na construção do novo sistema de cardiologia.

16. O Gerente de Programação e Orçamentação da SES, Arion Godoi colocou que a Comissão da Câmara Técnica da PPI/2002 foi quem tratou sobre o assunto, e que na sessão da CIB de novembro/2002 foram escolhidos mais dois municípios para participarem do fechamento da PPI no final de semana do prazo estipulado.

17. Houve consenso do incremento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a competência novembro, com o referido protocolo e devida publicação em Diário Oficial, bem como a composição da Comissão sendo identificados os representantes dos dois municípios indicados pela CIB em 2002, e mais um representante da SES e um do COSEMS.

19. INFORMES

a) SITUAÇÃO CREDENCIAMENTO UTI's

20. A Diretora Maria Teresa informou que foi encaminhada para o Ministério a relação dos Hospitais para credenciamento, e que os que estão com pendências com as titulações dos seus recursos humanos, deverão providenciar a regularização num prazo de doze meses. Disse que quanto aos Hospitais que têm pendências com equipamentos, a SES encaminhou expediente para as Regionais de Saúde e Unidades Hospitalares solicitando a regularização da situação. Esclareceu que aqueles que responderam e regularizaram a situação, foram encaminhados ao Ministério.

21. Secretário Arnaldo Lovatel (Xanxerê) disse que os hospitais que estão dentro das normas exigidas não podem ser penalizados pelos outros.

22. A Secretária-Adjunta esclareceu que aqueles hospitais cujas situações das pendências não foram regularizadas, deverão providenciar para que sejam encaminhados num próximo bloco de pedidos de credenciamento. Acrescentou que a SES não pode esperar para fazer os encaminhamentos de todos juntos, visto não haver prejuízo daqueles regulares.

b) CONSENSO LAUDOS REPRESADOS

23. A Diretora Maria Teresa fez a leitura e explicou o documento "Recomendação da Comissão de Laudos Represados", conforme anexo.

24. O Secretário Tadeu colocou a posição do COSEMS a respeito dizendo que os municípios de Gestão Plena devem ser avaliados, considerando os serviços instalados e o custo médio das AIH's, desconsiderando o percentual de 7%, pois a gestão se faz através de controle orçamentário e não apenas físico em relação às AIH's.

25. A técnica Ana (Joinville) complementou dizendo que quando fosse feita a avaliação dos laudos represados nos municípios de Gestão Plena, fosse desconsiderado os 7%, e avaliada a questão da capacidade instalada em nível de complexidade, e do custo médio das AIH's em função de uma outra sistemática de autorização que é feita nesses municípios.

26. Ficou acordado que a Recomendação da Câmara Técnica dos Laudos Represados seria complementada com o adendo proposto pelo COSEMS.

c) PÓLO DE CAPACITAÇÃO

27. A Secretária-Adjunta disse que a Portaria que regulamentará os pólos, ainda não foi publicada, e que a SES junto com as macrorregiões que têm pólo, ou que querem implantar, estão trabalhando baseados no manual do Ministério. Acrescentou que a Comissão de Educação e Saúde do Conselho Estadual de Saúde está envolvida na avaliação dos pedidos de implantação dos Pólos de Capacitações.

d) RELATÓRIOS AUDITORIAS

28. A Diretora Maria Teresa disse que o relatório do mês de setembro estava sendo apresentado na ocasião, visto que a última sessão da CIB foi realizada no dia 30/09 quando ainda o mesmo não estava concluído.

e) NOTÍCIAS IMPRENSA SOBRE CONVÊNIOS

29. A técnica Nanci (Jaraguá do Sul) disse que o COSEMS questionou a respeito dos repasses de recursos aos municípios através de convênios divulgados pela imprensa.

30. A Secretária-Adjunta esclareceu que os recursos são da fonte 00/Tesouro do Estado, e que as Secretarias de Desenvolvimento Regionais através de seus fóruns, recebem as reivindicações dos municípios, e baseadas nas necessidades e prioridades apresentadas, o recurso é repassado através de convênio para o município ou diretamente para a Unidade Hospitalar adquirir os equipamentos.

31. ASSUNTOS GERAIS

32. Secretário Renato Afonso da Rocha (Bombinhas) convidou os Secretários para participarem do XXIV Encontro de Secretário Municipais de Saúde, em Bombinhas no corrente mês.

Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Helena de Souza, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 06 de novembro de 2003.